



POLÍTICAS PÚBLICAS E REPARAÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA: políticas de igualdade racial e educação

Airuan Silva de Carvalho¹
Cláudia Alves Durans²
Claudicéa Alves Durans³
Rosenverck Estrela Santos⁴

Resumo

Neste artigo, debateremos as relações entre a formação da sociedade brasileira, a questão racial e a promoção de políticas públicas. Problematicamos a temática tendo como referência o processo de exploração e opressão vivenciadas pela população negra na sociedade capitalista, dentro do contexto do Imperialismo e da crise do capital. Discutimos as políticas de reparações como demandas democráticas e sua importância para combater o racismo. Apresentamos as políticas de ações afirmativas impulsionadas pela ação do movimento negro materializadas no Estado brasileiro através das políticas de cotas e da Lei 10.639/03, destacando os limites dessa ação e das demandas democráticas. Por fim, problematicamos os desafios do proletariado brasileiro, em sua diversidade, elencando elementos de um possível programa transitório de reparações que contemple as reivindicações raça e classe.

Palavras-chave: Imperialismo. Políticas Públicas. Reparações. Promoção da igualdade racial. Educação.

PUBLIC POLICIES AND REPAIRS FOR THE BLACK POPULATION: policies of racial equality and education

Abstract

In this article, we will discuss the relationship between the formation of Brazilian society, the racial issue and the promotion of public policies. We problematize the theme with reference to the process of exploitation and oppression experienced by the black population in capitalist society, within the context of Imperialism and the crisis of capital. We discussed reparations policies as democratic demands and their importance in combating racism. We present the affirmative action policies driven by the action of the black movement materialized in the Brazilian State through the policies of quotas and Law 10.639 / 03, detecting the limits of this action and the democratic demands. Finally, we problematize the challenges of the Brazilian proletariat, in its diversity, electing elements of a possible transitional reparations program that contemplates the demands of race and class.

Keywords: Imperialism. Public policy. Repairs. Promotion of racial equality. Education.

Artigo recebido em: 10/11/2019. Aprovado em: 10/02/2020

¹Graduando em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA). E-mail: airuancarvalho@gmail.com

² Doutora em Serviço Social (UFPE). Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: cdurans@hotmail.com

³ Doutora em Políticas Públicas Políticas Públicas (UFMA). Professora do Ensino Superior do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). E-mail: claudiceadurans@yahoo.co.br

⁴ Mestre em Educação (UFMA). Doutorando em Políticas Públicas (UFMA). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: re.santos@ufma.br

1 INTRODUÇÃO

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres. (Rosa Luxemburgo)

Essa frase de Rosa Luxemburgo, amplamente citada nos dias atuais, traz em si um conteúdo profundo porque engloba a luta por um mundo sem exploração, mas também sem qualquer tipo de opressão. Daí a sua importância, por trazer à baila o debate de que as mudanças econômicas, a libertação do proletariado e, por conseguinte da população negra, passa necessariamente por incluir nas pautas das lutas da classe trabalhadora o combate ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia, a xenofobia e ao capacitismo, como também traz um debate estratégico acerca de que mundo queremos construir, em face à falência do capital.

Partimos aqui da premissa de que há uma falência do capitalismo contemporâneo enquanto uma forma de sociabilidade humana, cuja maior expressão é relação destrutiva com a natureza e com a maioria dos seres humanos. Podemos constatar essa falência quando cerca de 821 milhões de pessoas passam fome, e há capacidade de produzir alimentos para o dobro dos habitantes do planeta. A falência também é revelada quando mundializa o capital, mas é incapaz de resolver a crise da imigração que atualmente é maior do que em qualquer outro período histórico. O capitalismo fracassa ainda quando assiste à tragédia dos refugiados, ao mesmo tempo em que cresce a xenofobia e governos de extrema direita são sancionados por processos ditos democráticos não só na Europa, mas em vários países da América Latina, inclusive no Brasil.

Somos um país de herança escravista que continua deixando marcas de desigualdade e discriminação profundas em nossa sociedade. Atinge não apenas o social e o econômico, mas também as formas de pensarmos, de nos relacionarmos e de como analisamos a história de nosso país.

Durante séculos, enxergamos a população brasileira como se ela fosse uma totalidade amorfa, sem diferenças étnico-raciais, pois vivíamos um verdadeiro paraíso racial. Os trabalhadores escravizados não foram colocados no rol da classe trabalhadora brasileira que teria se originado apenas após o intenso processo migratório de europeus. Em quase 400 anos, a população negra trabalhou em todos os ramos da produção e circulação de produtos, inclusive, sendo ela mesma uma mercadoria, porém, após 1888, a classe trabalhadora composta pela população negra foi considerada preguiçosa, vadia e vagabunda, enquanto a população europeia foi transformada nos operários e embriões da classe trabalhadora no Brasil, tanto pelo Estado, como por uma parte importante da intelectualidade brasileira.

O Estado, após a constituição da República, criou uma série de instrumentos e políticas

que empurraram a população negra para marginalidade e impediram deliberadamente o acesso dessa população ao mercado de trabalho, a um pedaço de terra e ao parco sistema educacional existente. A população negra, por força de determinações históricas e ideológicas, ocupou um lugar subalterno nos mais diversos setores da vida social. Com o mínimo de saúde, educação, esporte, cultura, direitos sociais e emprego, uma parte considerável dessa população é impelida para as margens da sociedade e com isso se torna alvo de políticas de encarceramento e extermínio.

Como diz Silva (2008, p.34):

Esclavidão e patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira, de acordo com as configurações histórico- conjunturais. Sendo assim, não estão deslocadas das *raízes latentes* da nossa questão social, representada no contexto da colonização pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivo de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados.

Esses aspectos apresentados nos levam à conclusão que o capitalismo, o Estado brasileiro e a burguesia nacional cometeram um dos maiores crimes da humanidade: a escravidão e a consequente difusão e desenvolvimento do racismo. Não foi por acaso que o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, e, quando ocorreu, não houve reparações. As políticas públicas implementadas até aqui foram escassas e, nos tempos neoliberais, vai retirando-se paulatinamente direitos sociais num processo de reestruturação produtiva com desregulamentação de contratos de trabalho. Cabe destacar que o atual governo, caracterizado como ultrarreacionário, extrema direita e com traços bonapartista, além de nenhum compromisso social, tem dirigido seus ataques aos setores populares, aumentando a violência e a criminalização.

As Políticas de *reparações históricas* são demandas democráticas, ações que visam combater o racismo, assegurando aos negros e indígenas o acesso a emprego, renda, a educação em todos os níveis, a valorização da cultura e epistemologias desses povos, assim como reforma agrária, titulação e demarcação de territórios dos povos originários e quilombolas, políticas redistributivas para compensar os danos causados a estas populações. São políticas transitórias, urgentes e necessárias, estando na ordem do dia. Fazem parte da política de reparações as políticas compensatórias, redistributivas e ações afirmativas.

Contudo, a disseminada ideia de que o Brasil é uma democracia racial ou de cordialidade do povo brasileiro tem dificultado em admitir as desigualdades sócio-raciais, por conseguinte, que se organize uma luta consistente por reparações históricas. Desse modo, como foi expresso anteriormente, as *reparações históricas* são mais amplas e se referem ao acesso dos negros e indígenas à estrutura da sociedade. As políticas de ações afirmativas até agora implementadas estão focalizadas na educação e no serviço público, sintetizado nas cotas, portanto são limitadas. Diante disso o enfrentamento a tais ataques é necessário, exigindo-se nenhuma retirada de direitos e

implementação de políticas por reparações históricas.

2 A FALÊNCIA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: desafios do proletariado e reparações históricas

A falência do capitalismo não é recente. Sabemos que esse sistema vive permanentemente ciclos de crise, e numa crise estrutural denunciada por Lênin (1977) desde 1915, nas suas reflexões e análises postas no livro *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. Nessa obra, o autor apresenta um quadro da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, às vésperas da primeira guerra imperialista mundial. Sustentando-se nos estudos de Marx acerca das leis do surgimento, desenvolvimento e decadência do capitalismo, destaca seus traços constitutivos: a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na economia; fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação baseada nesse 'capital financeiro' da oligarquia financeira; a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si, e o termo da partilha territorial do mundo, em especial o continente africano, entre as potências capitalistas mais importantes.

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1977, p. 642).

Assim é que, para Lênin, a entrada na época do capitalismo imperialista abria uma época de guerras, crises e possibilidades de revoluções e certamente favoreceu o surgimento de intenso debate no interior do movimento do proletariado sobre o objetivo estratégico da sua luta.

Rosa Luxemburgo também, na primeira metade do século XX, analisou e denunciou os horrores do capitalismo na máxima conhecida Socialismo ou Barbárie de 1915, conhecido Folheto Junius:

Encontramo-nos hoje, tal como profetizou Engels há uma geração, diante da terrível opção: ou triunfa o imperialismo, provocando a destruição de toda a cultura e, como na Roma Antiga, o despovoamento, a desolação, a degeneração, um imenso cemitério, ou triunfa o socialismo, ou seja, a luta consciente do proletariado internacional contra o imperialismo, os seus métodos, as suas guerras. Tal é o dilema da história universal, a sua alternativa de ferro, a sua balança a oscilar no ponto de equilíbrio, aguardando a decisão do proletariado. (LUXEMBURGO, 1915, p. 6)

Trotsky, reconhecido dirigente da Revolução Russa, analisou as contradições entre o

imperialismo e os Estados nacionais no período de relativa estabilidade pós 1ª guerra mundial. O autor apontou a tendência de uma nova crise devido a contradições não resolvidas pela primeira guerra mundial, cuja consequência poderia ser um novo grande conflito mundial, destacando o papel dos EUA emergindo como país hegemônico. Trotsky previu, que tais contradições poderiam ter o desfecho que teve: a 2ª guerra mundial.

Com a guerra imperialista entramos na época da revolução, isto é, a época em que os próprios pilares do equilíbrio capitalista estão sendo abalados e colapsando. O equilíbrio capitalista é um fenômeno extremamente complexo. O capitalismo produz esse equilíbrio, o rompe, restaura-o novamente para rompê-lo de novo, simultaneamente estendendo os limites de sua dominação. Na esfera econômica, esses constantes rompimentos e restaurações do equilíbrio tomam a forma de crises e booms. Na esfera das relações inter-classes, o rompimento assume a forma de greves, locautes, luta revolucionária. Na esfera das relações inter-estados, o rompimento do equilíbrio significa guerra ou – em uma forma menos intensa – guerras tarifárias, guerra econômica ou bloqueios. O capitalismo assim assume um equilíbrio dinâmico, no qual sempre está no processo de ruptura ou restauração. Mas ao mesmo tempo esse equilíbrio tem um grande poder de resistência, cuja maior prova disso é o fato de que o mundo capitalista não foi derrubado até hoje. (TROTSKY, 2008, p. 10-11)

Sem dúvidas Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky viveram e escreveram na época desesperadora da 1ª guerra mundial que resultou em uma carnificina, cerca de 10 milhões de mortos. Porém o conflito que se sucedeu: a 2ª guerra mundial, foi ainda mais sangrento, o pior da história da humanidade, devido a todo o potencial bélico desenvolvido à época produziu, segundo estimativas, entre 50 a 85 milhões de mortos.

Como bem apontou Trotsky (2008), o capitalismo vai alternando entre ciclos de estabilidade e restaurações, mas tem grande resistência pois “o mundo capitalista não foi derrubado até hoje”, escrevia o autor num texto de 1921. Para Trotsky, as condições objetivas para a revolução socialista estariam maduras, tratar-se-ia de construir as condições subjetivas. Isso traz à tona o debate colocado por ele próprio acerca do elemento subjetivo: o proletariado organizado enquanto classe, já apontado por Marx, só que este teria um desafio maior: superar a sua crise histórica de direção. No capitalismo contemporâneo, mesmo sem uma guerra mundial, mas com as guerras e conflitos regionais, as guerras sociais, a fome, a miséria e a violência de todas as ordens, têm produzido números semelhantes.

Pensamos que o caso do Brasil é emblemático. Um país rico do ponto de vista da natureza, com um povo extremamente empobrecido. País que atualmente é 9ª economia do planeta e 12º em desigualdade, ocupando o primeiro lugar na América Latina. PIB de US\$ 1,595 trilhão de dólares, área territorial de 8,5 milhões de km², costa marinha de 3,5 milhões de km². Neste território, encontra-se a Floresta Amazônica, a maior bacia hidrográfica o mundo: Rio Amazonas e seus afluentes (Japurá, Negro e Trombetas, Juruá, Madeira, Purus, Xingu e Tapajós); outras bacias:

Araguaia-Tocantins, Paraíba, São Francisco, Paraná, Paraguai, Paraíba do Sul e Uruguai; os dois maiores aquíferos do mundo: Alter do Chão e Guarani. O Brasil concentra 13% das reservas de água doce do planeta. Destaca-se também os biomas: Cerrado, Caatinga, Pampa, Pantanal e Mata Atlântica; as grandes reservas minerais: ferro, ouro, cobre, manganês, bauxita, níquel, cassiterita, nióbio, diamante, esmeralda, platina, etc; as reservas de petróleo, a camada de pré-sal, etc., etc., etc.

Com uma população de 207 milhões de habitantes, toda essa riqueza, contrasta com os números da desigualdade. As 6 (seis) pessoas mais ricas no Brasil têm a mesma riqueza que as 100 milhões mais pobres. O mais grave é que, no Brasil, essa disparidade em termos da apropriação da riqueza tem cor. Segundo dados do IBGE (2015), os negros e pardos representavam 54% da população brasileira, mas sua participação no grupo dos 10% mais pobres era muito maior: 75%. Dentre o 1% mais rico da população, os negros e pardos somam 17,8%. Isso revela a racialização da pobreza no Brasil.

Não é nosso objetivo aqui fazer uma análise dos determinantes históricos da formação social e econômica brasileira para a composição desse quadro. Mas não podemos deixar de registrar que o capitalismo cometeu o maior crime da história da humanidade que foi a escravidão, com o genocídio de 50 milhões de índios na América, mais de 20 milhões de africanos escravizados. Desses que foram traficados para o Brasil, cerca de 40% morreram nos portos africanos ou na travessia do atlântico, tudo isso em função da acumulação primitiva de capital.

Evidentemente, também não podemos desconhecer que quase 400 anos de escravidão foram sustentados no tripé monocultura, latifúndio e trabalho escravizado e que ao final, em 1888, foi abolida a escravidão sem nenhuma compensação aos ex-escravizados, descendentes de africanos. Tudo isso trouxe consequências dramáticas para as condições de vida e trabalho das populações negras e indígenas (genocídio, feminicídio, super encarceramento, analfabetismo, desemprego, precarização e informalidade, etc.). Entretanto, o que queremos discutir aqui é que qualquer direção/vanguarda que pretenda conduzir o proletariado organizado enquanto classe no Brasil, para enfrentar e destruir essas desigualdades não pode prescindir das reivindicações da população trabalhadora negra em toda a sua diversidade. E nisso reside a importância da discussão do papel do proletariado brasileiro nessas transformações.

Trotsky, assim como os marxistas citados, rejeita o determinismo econômico e a fatalidade do fim do capitalismo. Para estes, o capitalismo não cairá de maduro. Nesse sentido, ressaltam a importância das lutas entre as classes, em especial a ação organizada do proletariado para resolução dos seus conflitos históricos.

No contexto atual, não se pode desconhecer que o proletariado tem lutado muito em todo o planeta: primavera árabe, revoluções e insurreições na África, na América Latina (jornada de junho

no Brasil, Venezuela, etc.), na Europa, EUA, com destaque para os negros, negras, mulheres, lgpts, imigrantes, etc. Porém, ainda não encontrou o caminho para a colocar as riquezas socialmente produzidas à disposição de todos os seres humanos, e reverter a situação de barbárie atual.

Muitas lutas, muitas crises, mas a crise definitiva de uma dada formação social depende fundamentalmente das lutas entre classes e sua capacidade de construir mobilizações e alianças para seus objetivos, ou seja, a construção do elemento subjetivo.

Baseado nesse pensamento de Trotsky, pensamos ser necessário compor pauta social, econômica e histórica que atraia, contemple, expresse o proletariado brasileiro, em sua maioria negra e parda, assim como é decisivo forjar uma forma de organização política não burocrática, adequada e que respeite a história e os antepassados desse povo, inclusive como alimento, estímulo para as lutas e desafios contemporâneos. Dessa forma, entendemos que é preciso aprender com as experiências históricas dos quilombos. Nas palavras de Dias (2018, p.677):

Reivindicar as tradições quilombola, o heroísmo de seus membros, as iniciativas de suas lideranças, a ousadia a criatividade de suas comunidades, o caráter não conciliatório de seus chefes, é de fundamental importância para alimentar a alma política da nossa classe diante da polarização social que o Brasil atravessa na atualidade. Para um povo que teve uma das histórias mais heroicas do mundo e que sabe muito pouco sobre isso, a sua abnegação para lutar pelo socialismo pode ter como base de sustentação o resgate da sua herança histórica alicerçada numa consciência de raça e classe.

Evidentemente, não estamos propondo para a atualidade a eliminação dos sindicatos, em especial quando estes estão sendo extremamente atacados por um governo de extrema direita. Porém, queremos destacar que as formas não são imutáveis, que assim como na época de Luxemburgo, ela propôs a formação dos conselhos, na experiência brasileira, pensamos que os conselhos populares são bastante adequados.

3 O PROJETO DE NAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: entre os direitos negados e a luta da população negra por políticas públicas com especificidade racial

Segundo Dussel (2009), a chamada filosofia moderna do centro-norte da Europa, a partir do século XVI, produziu o *ser colonial* como antítese da civilização europeia. A modernidade e a civilização são o contraponto do mundo bárbaro dos povos e regiões a serem conquistadas em nome da cristandade e da cultura dominante. Esse projeto colonial, nascido no bojo da conquista da América e do tráfico de escravizados na África não apenas impor-se-á como um processo econômico de acumulação primitiva de capital – como argumenta Marx (2013) – mas também como imposição de um modelo cultural e civilizatório considerado superior. Por essa razão, a expansão europeia é vista como um fenômeno que ocorre sobre povos que não tem capacidade para gerir suas riquezas e sua vida,

como também, regiões fracamente povoadas e à espera dos europeus.

Essas formulações, no Brasil, com variadas matizes teóricas, têm nos intelectuais e políticos do fim do século XIX e início do século XX grandes difusores. Conforme mostra Maldonado-Torres (2009), existe uma articulação nevrálgica entre raça, capitalismo e expansão atlântica, a partir do século XVI. A forma de poder, tipicamente moderna, conecta formação racial, controle do trabalho, Estado e produção do conhecimento.

Por essa razão, no século XVI, depois da invasão europeia, o território que viria a ser batizado futuramente com o nome de América foi alvo de uma política de ocupação e exploração que resultou na inserção ao sistema-mundo que a época se caracterizava pelo capitalismo comercial. Essa entrada nas relações comerciais que ora aconteciam entre a Europa, África e Ásia ocorreu sob a égide da exploração e da dependência. A colonialidade, portanto, considera raça e espaço, sem levar em conta o que pensam e sentem as pessoas que viviam nestes territórios.

Daí os investimentos na imigração de trabalhadores europeus e as barreiras para a vinda de africanos, bem como todas as políticas e práticas de perseguição à cultura negra como o samba, as religiões de matriz africana e a capoeira. Nessa direção, se faz necessário pensar a especificidade do racismo brasileiro e de como a população negra foi incorporada nesse projeto de formação da sociedade brasileira pautada em um ideal de desenvolvimento, civilização e progresso.

Conforme Munanga (1999), diferente do que se praticava em outros países, com a institucionalização da supremacia branca, por meio da segregação rígida, a classe dominante brasileira, em sua maioria, pensava a solução para o problema negro do ponto de vista da eugenia. Interessada na construção da unidade e da identidade nacional, ameaçada pelos grupos étnico-raciais diferentes e hierarquizados, a miscigenação apareceu como uma plataforma para o branqueamento do povo brasileiro, diferente do *racismo diferencialista* de outras nações que buscavam a absolutização da diferença por meio de práticas segregacionistas. No caso do Brasil, o racismo seria do tipo *assimilacionista*, ou seja, marcado pela incorporação das diferenças étnico-raciais e culturais em torno de uma identidade nacional única.

Essas teorias enfraqueceram a discussão da cidadania durante a República. Mesmo que as teorias raciais tenham perdido fôlego na academia, ganharam as ruas e o cotidiano das pessoas. Neste período, fortaleceu-se uma positivação da mestiçagem, por meio do mito das três raças. Gilberto Freire com *Casa Grande e Senzala*, publicado na década de 1930, não teve dúvidas em afirmar a mestiçagem como o grande caráter nacional que influenciaria decisivamente na formação biológica da população, mas também influenciaria a produção cultural. Ele deu as bases para o que viria a ser denominado o *mito da democracia racial* (SCHWARCZ, 2006; MOURA, 1988).

Albuquerque e Braga Filho (2006) afirmam que a idéia de democracia racial, já em

construção no Brasil por volta de 1920, ganhou, nas décadas seguintes, mais adeptos. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 essas idéias de mestiçagem e de democracia racial foram entrelaçadas na construção de uma identidade nacional. Nesse movimento, samba, capoeira e candomblé foram aos poucos incorporados como símbolos de nacionalidade, expressões da síntese cultural própria ao Brasil. Essa noção de identidade nacional pressupõe que tínhamos uma cultura homogênea e singular, resultado da miscigenação racial. Como discorre Ortiz (1994, p.38):

A ideologia do Brasil-cadinho relata a epopéia das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais. Como nas sociedades primitivas, ela é um mito cosmológico, e conta a origem do moderno Estado brasileiro, ponto de partida de toda uma cosmogonia que antecede a própria realidade. [...], e não é difícil constatar que essa fábula é engendrada no momento em que a sociedade brasileira sofre transformações profundas, passando de uma economia escravista para outra de tipo capitalista, de uma organização monárquica para republicana, e que se busca, por exemplo, resolver o problema da mão-de-obra incentivando-se a imigração europeia.

Teria se constituído um racismo mestiço e cordial, onde cada brasileiro, sendo uma ilha de democracia racial, está circundado por racistas de todos os lados (SCHWARCZ, 2006). Daí Munanga (1999) considerar que o mestiço passou a ser encarado como uma ponte que fundaria a nacionalidade brasileira. Por essa razão, o mito da democracia racial ganha força, pois sendo misturados desde a origem, não seríamos racistas. Repousaria aí, a originalidade do racismo brasileiro, que foi competente em reforçar uma sociedade desigual e racista, sem grandes conflitos aparentes, como existiria em outras sociedades.

Nesse sentido, Munanga (1999), analisando a produção de parte da elite intelectual do fim do século XIX, afirma que desenvolveu-se um tipo de *racismo universalista* marcado pelas seguintes características: assimilação dos membros dos grupos étnico-raciais diferentes; negação absoluta da diferença; ideal implícito de homogeneidade; destruição da identidade racial e etnocídio.

Racismo e exploração de classe estiveram concomitantemente na base do processo de formação do sistema de produção capitalista no Brasil, mas de alguma maneira esses mecanismos deveriam ser ocultados, no processo de reprodução do capitalismo e da desigualdade social e étnico-racial da população negra.

Dessa forma, a grande tática ideológica da burguesia para legitimar sua dominação foi fazer crer que a condição social e econômica da população negra era fruto de uma postura individual e não da estrutura da sociedade de classes. Habilmente e diferente do que dizia a nobreza e a igreja feudal, a burguesia argumentou que todos os seres humanos ao nascerem eram iguais e que as diferenças sociais eram consequência do trabalho e capacidade intelectual de cada um.

Com efeito, raça e classe se articulam na determinação das desigualdades sociais e raciais no Brasil. A construção da identidade étnico-racial, nesse sentido, se tem algo de individual é

também coletiva e social, portanto, a luta pela questão étnico-racial não é uma luta puramente identitária e individualista, pelo contrário, é social e coletiva.

Não por acaso, a luta da população negra contra a desigualdade étnico-racial é uma luta contra as formas de desigualdade social, pois as várias ações e atitudes que foram e são empreendidas, individual ou coletivamente no enfrentamento ao racismo, a discriminação e o preconceito, eram e são também exigência de direitos sociais como educação, saúde, moradia, lazer, entre outros. É por essa razão que Moura (1994) destaca que as diferentes expressões da luta da população negra, em suas especificidades, têm gênese na luta contra o sistema escravista, mas avança para o pós-abolição e o Brasil republicano na luta contra as formas de exploração da sociedade capitalista.

Se o Estado capitalista e seus ideólogos, no entanto, serviram para frear diversas conquistas, colocaram na ordem do dia para os movimentos sociais negros a necessidade da organização e da luta por mais direitos e que são necessárias as conquistas no campo democrático como forma de garantir avanços nos direitos sociais dos trabalhadores. É nesse contexto histórico e social que o movimento social negro age buscando promover a igualdade de direitos e condições sociais para a população negra. Entre avanços, limites e contradições, a luta do movimento social negro se constitui hoje em importante instrumento para se pensar a desigualdade social e racial no Brasil. *Políticas públicas de igualdade racial e reparações* são exigências do movimento negro para o conjunto da sociedade brasileira. Mas será que tem os mesmos objetivos e o mesmo conteúdo? Por que o governo federal brasileiro, nas últimas décadas desenvolveu políticas de promoção da igualdade racial, mas quase nunca falou de *reparações*? Por que um setor importante do movimento negro deixou de falar em *reparações*, principal palavra de ordem dos anos 1990?

Com essas questões, pretendemos instigar o debate sobre se é possível uma política de promoção da igualdade racial que promova a superação da desigualdade da população negra dentro de um conjunto de políticas neoliberais em setores da economia e da produção? É possível a igualdade racial quando se percebe uma racionalização instrumentalista e economicista nas políticas públicas do Estado brasileiro? As políticas de promoção da igualdade racial têm como garantir a emancipação e igualdade substantiva da população negra ou a implementação de políticas de *reparações* expressam melhor a possibilidade de luta concreta por emancipação? Temos que dialogar sobre essas problematizações para melhorar nosso entendimento das políticas de promoção da igualdade racial, e, principalmente das *reparações históricas*, no sentido de que sejam importantes instrumentos de luta da população negra para conquista da igualdade e emancipação e, não o contrário, que se sejam apenas maquiagens numa sociedade capitalista extremamente violenta e desigual que envolve a população negra em miséria, etnocídio, encarceramento e genocídio.

4 REPARAÇÕES HISTÓRICAS: aspectos históricos, sociais da questão negra e os limites da educação tomada como estruturante da política de ação afirmativa no Brasil

O debate sobre as políticas de reparações ações afirmativas no Brasil é recente. Inicia-se a partir da década de 1990, com o Movimento Negro exigindo do Estado a execução de políticas públicas específicas para a população negra.

Esta discussão entra na construção da agenda política por meio das ações diversas deste importante movimento social. No entanto, destaca-se a ação coletiva que deu visibilidade para efetivação da agenda, que foi a Marcha pelo tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995, denominada “Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”. Esta marcha mobilizou para Brasília cerca de trinta mil pessoas com uma pauta específica, constituindo um momento de aproximação e pressão em relação ao Poder Público.

A pauta presente no documento “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, entregue durante a Marcha ao então, Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, se concentrou em torno de temas: democratização de informações; mercado de trabalho; educação; cultura, comunicação; saúde; violência; religião e terra. O documento também aborda denúncias sobre genocídio, exclusão e racismo, bem como a necessidade de o Estado coibir essas formas de racismo.

Neste sentido, a mobilização da população pelas marchas, além de dar visibilidade ao problema, possibilitou a aceitação pública e conseqüentemente promoveu a demanda por uma ação governamental, nesse caso, a efetivação de políticas de ações afirmativas para a população negra. Todas essas discussões ocorrem num cenário de existência de políticas afirmativas específicas para as pessoas com deficiência e mulheres. A primeira, foi realizada por meio de reservas de vagas em concursos públicos, já a segunda, destina o percentual de reserva para mulheres em cargo sindical e parlamentar em período eleitoral. Isto serviu como referência para o Movimento Negro.

Melluci (2001) destaca que os movimentos sociais brasileiros sempre foram atuantes na política e possuem demandas diversificadas: como a causa dos trabalhadores, os sem-terra, os sem-teto, a juventude e tem possibilitado a exposição de crise, ruptura dos limites das relações entre sistema e atores. Um movimento social não é resposta a uma crise, mas expressão de um conflito.

Cabe destacar que o debate acerca das políticas de ações afirmativas, apesar de ser recente no país, não é novidade em muitos países e tem servido para influenciar as ações do governo brasileiro e do Movimento Negro. Um exemplo disso é a experiência de quase quarenta anos de ações afirmativas nos EUA, após intenso debate do Movimento Negro contra o apartheid, em defesa dos direitos humanos e exigência ao Estado por melhores condições de vida à população negra.

Embora a experiência norte americana tenha sido a principal referência para o Brasil,

diversos países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina e Cuba também implementaram políticas de ações afirmativas. Essas políticas têm sido diversificadas e incluem um conjunto de ações-voluntárias, obrigatórias, de estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações, a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação.

Como se percebe, a política de ações afirmativas é pauta no mundo e no Brasil. Este cenário mundial influenciado também pela realização da 3ª Conferência da ONU, em 2001, em Durban – África do Sul contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, no qual o Brasil foi signatário, impôs a necessidade de o país implementar as políticas de ações afirmativas em benefício dos negros, índios e outros grupos.

Porém, a ação no país tem se resumido ao sistema de cotas raciais, acredita-se que este foi o direcionamento também da Conferência, foi estabelecido um percentual de reserva aos sujeitos que serão beneficiados com a política. As cotas são estabelecidas no âmbito da educação, mais precisamente no Ensino Superior. De acordo com o IPEA (2009), em 2008 cerca de 51% das instituições públicas de ensino superior haviam aderido ao sistema de cotas raciais. Este fato tem intensificado um férvido debate sobre as cotas, estimulando os indivíduos a se posicionarem a favor ou contra elas, porém a superficialidade do debate não se encerra nessa dualidade.

Cabe ressaltar que as cotas são apenas um dos pilares das políticas de ações afirmativas e estas são definidas como um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias que tenham sido discriminadas no passado (SILVÉRIO, 2002).

Gomes (2002) acrescenta que as políticas de ações afirmativas são políticas públicas voltadas para a concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.

As políticas de ações afirmativas no Brasil, diferentemente de outros países, estão focalizadas na área de educação, especificamente através das cotas raciais e da incorporação da temática étnico-racial no currículo – Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de Cultura Afro-brasileira e Africana, que obrigam as escolas a ministrarem o ensino de História da África e dos descendentes de africanos no Brasil.

Elas partem do pressuposto de que a educação deve promover as condições para o desenvolvimento intelectual e socioeconômicos dos grupos étnicos discriminados, eliminando as desigualdades étnico-raciais.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso a conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto (sic) das nações

como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004, p. 10).

Trata-se de diretrizes institucionais, previstas na legislação educacional, a exemplo da Lei 10.639/03 que é constituída por apenas dois artigos que reforçam a necessidade de estudos da cultura africana nos diversos campos de conhecimentos, no intuito de mudar o foco eurocêntrico do processo educativo, ampliando-se o debate sobre a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira e dessa forma desconstruir estereótipos, preconceitos e discriminação sobre a África e seus descendentes.

Segundo Mészáros (2005, p.17), a educação tornou-se um instrumento importante no processo de acumulação de capital e no estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. No entendimento deste teórico a natureza da educação na sociedade contemporânea está vinculada ao destino do trabalho, ou seja, “o processo de interiorização das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva”.

As palavras de Mészáros (2005) contribuem para o entendimento da educação como parte integrante do aspecto político, econômico e tecnológico que entrelaçam a nova ordem de acumulação do capital, norteadas pela lógica do mercado ampliado e reconversão tecnológica. Nessa direção, exige-se um novo perfil de força de trabalho qualificada e cabe à educação a formação geral e profissional, submissas às exigências do mercado capitalista em dimensões planetárias.

Também cabe à educação, como produtora da cultura e num contexto globalizado, discutir a questão das identidades – específicas e plurais, num cenário de tensões e conflitos. É importante ressaltar que, no transcurso da implantação das políticas de ações afirmativas, o debate acerca da questão racial faz emergir processos integrantes da dinâmica das relações sócios raciais, tensões, conflitos, negociações e impasses. Nesta ordem, as políticas adotadas respondem a uma demanda do Movimento Negro por reparações históricas pelos séculos de trabalho escravizado, porém, são questionadas pelo caráter focalista, neoliberal, ou seja, atenuam o papel do Estado brasileiro na implementação de estratégias contundentes de combate ao racismo e busca adequar a educação às necessidades do capital, além de responsabilizá-la pela solução dos problemas mais complexos da sociedade.

As políticas de ações afirmativas na educação são estritamente ligadas ao sistema de cotas raciais de acesso ao Ensino Superior e a Lei 10.639/2003. Esta lei é composta por apenas dois artigos no qual destaca que os conteúdos programáticos devem incluir o ensino de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, através de suas contribuições nas áreas cultural, social, econômica e política em

todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira.

Esta Lei tem sua importância em discutir as contribuições dos africanos e dos seus descendentes para a construção da nação brasileira. Para isto, é necessário um estudo aprofundado que supere as visões distorcidas do “primitivismo” e da África sem história, tão difundidas nas escolas. É fundamental analisar as experiências dos estados e civilizações africanas, anterior aos quinhentos anos da expansão europeia, bem como compreender o escravismo mercantil europeu que utilizando-se de teorias racistas gerou a destruição de populações negras e a condicionou à ferramenta para gerar lucro.

Faz-se importante também investigar os mecanismos genocidas utilizados pelo imperialismo ao longo dos anos para aniquilar a condição humana dos negros. Nesse âmbito, discutir os sistemas segregacionistas (apartheid), o subdesenvolvimento, as guerras, os massacres, etc., é necessário para se compreender a situação de miséria de muitos países africanos hoje.

Por outro lado, é preciso identificar as diversas formas de resistência e luta deste povo, tanto na África como no Brasil. Nesses estudos, deve-se evitar as concepções etnocêntricas sobre a África, levando-se em consideração sua especificidade e singularidade em todos os aspectos.

A referida Lei também tem sua importância ao colocar em xeque o mito da democracia racial, ampliando o debate para além do Movimento Negro, porém esta ação está restrita à escola com o objetivo de formar professores e alunos para as relações étnico-raciais e valorização da diversidade. Esta análise abrange o sentido ético-moral-valorativo que pode ser aprendido e vivenciado nas práticas educativas.

A escola não pode ser vista como redentora da humanidade. Os problemas sociais complexos, como questão racial, não podem ser atenuados. A escola é mais uma instituição do Estado, que também reproduz as relações de dominação e o racismo. Sem dúvida, ela deve ser uma das frentes de combate as práticas de discriminações, mas não a única, não basta apenas respeitar e valorizar a cultura africana e afro-brasileira e nem apenas promover os sentimentos de corresponsabilidade pelos destinos da sociedade, como se fosse uma simples transferência de responsabilidade para o campo da ética. É necessário identificar a responsabilidade do Estado brasileiro que tem privado os negros de acesso a bens materiais e culturais.

5 CONCLUSÃO

No presente artigo, buscamos expressar reflexões e levantar pistas para um problema que parece perseguir cientistas sociais, militantes, movimentos sociais, partidos políticos e pessoas que se

preocupam com os rumos da sociedade humana: a falência capitalismo com todas suas consequências. O proletariado seria ou não na atualidade capaz de realizar a sua missão histórica apontada por Marx e Engles, desde o Manifesto Comunista?

Nesse sentido, recorreu-se às reflexões de Lênin (1977), Rosa de Luxemburgo (1915) e Trotsky (2008), que viveram na primeira metade do século XX, época do imperialismo de efervescência das lutas do proletariado e dos horrores da primeira guerra mundial, que não acreditavam no determinismo econômico e na fatalidade do socialismo, mas destacavam a importância de construir as condições subjetivas para a revolução socialista. Concordamos com Trotsky que, para cumprir a sua missão transformadora, o proletariado precisa superar a crise histórica de direção.

Defendemos no texto a tese de que o proletariado, em especial o brasileiro com toda a sua diversidade étnico-racial, não avançará ou seguirá qualquer direção/vanguarda que não contemple suas reivindicações que partem das suas dores mais sentidas. E sem querer apontar fórmulas, consideramos que um programa transitório no Brasil não pode deixar de contemplar: titulação das terras dos quilombolas e indígenas, fim do latifúndio e do agronegócio; descriminalização e legalização das drogas e do aborto; desmilitarização da polícia militar; fim de toda legislação repressiva e de criminalização contra os pobres, negros/negras, lutadores e lutadoras, fim das perseguições às religiões de matriz africanas, fim da violência contra as mulheres negras, estupro, feminicídio, e fim da LGBTfobia. Educação, saúde, transporte, públicos gratuitos e de qualidade. Geração de emprego e renda.

Apontamos também a necessidade de repensar as formas representativas do proletariado brasileiro para enfrentar tanto a democracia burguesa, como os aparatos burocráticos e corporativistas das organizações atuais. Para isso, recorreremos à Rosa Luxemburgo (1915), na discussão sobre os conselhos, e a Dias (2018), sobre os conselhos populares, pensando que pode ser uma alternativa real que ajude o proletariado brasileiro a cumprir sua missão histórica, romper as travas que impedem o Brasil de se tornar um território livre, farto, onde as riquezas sejam efetivamente socializadas.

Em virtude das considerações desenvolvidas, pensar a formação da sociedade brasileira e sua conexão com as relações étnico-raciais e, por conseguinte, a pobreza e a desigualdade no Brasil, como a luta da população negra por políticas públicas, não é possível sem levar em conta as raízes escravistas de quase quatro séculos em nossa formação. O Brasil é um país caracterizado historicamente, como dissemos, pelas relações entre europeus, africanos e os primeiros habitantes desta terra. É um país rico em natureza e cultura. Entretanto, essa riqueza não apenas é insuficientemente distribuída, como também a diferentes grupos são alocados espaços de discriminação e marginalidade na educação, saúde, relações de trabalho, dentre outros.

A luta contra a discriminação e os estereótipos marginalizadores tornam-se, portanto,

eixos centrais das reivindicações da população negra e de seus movimentos organizados, mediante a identificação e combate ao racismo.

Sendo assim, desde os primeiros dias da escravidão e da montagem do capitalismo dependente que a resistência se faz sentir de inúmeras formas e de variadas ações: fugas, quilombos, quebra de maquinaria, queima da produção, “assassinato” dos senhores e revoltas, muitas revoltas. Desde a chegada dos primeiros Navios Negreiros, transportando africanos escravizados para o território brasileiro, que a história da população negra tem sido de superar os obstáculos postos à sua existência. Se, por um lado, existiram as senzalas, os capitães de mato, os chicotes, a cozinha da casa grande e outros mecanismos de subordinação e exploração, por outro lado, os negros e negras deste país lutaram de inúmeras formas e com demandas das mais diversas, buscando a construção da identidade, da dignidade e da humanidade negra na luta contra a tentativa de lhes impor a condição de objetos.

Nessa direção, as políticas de ações afirmativas entraram no cenário brasileiro num momento importante de lutas no processo por redemocratização do país, tendo o Movimento Negro como um dos expoentes desta luta, exigindo do Estado políticas públicas específicas como direitos sociais da população negra. O Movimento Negro, sobretudo a partir da década de 1990, conseguiu mobilizar, dar visibilidade e promover a demanda por uma ação governamental, para a efetivação de políticas de ações afirmativas para a população negra.

Contudo, o cenário econômico e social de implementação dessas políticas é o neoliberalismo, cuja a função do Estado pauta-se na não intervenção em políticas sociais, ou seja, na diminuição do seu papel com estas políticas, entendida como onerosas aos cofres públicos, além de outras medidas de racionalização dos recursos financeiros, como: abertura aos mercados, privatizações de empresas, terceirizações de contratos e serviços por empresas privadas.

As políticas neoliberais adotadas não só na educação, mas nas políticas sociais gerais tem gerado consequências drásticas aos países mais pobres como desemprego estrutural, terceirização, fragmentação das esferas produtivas, privatizações de empresas estatais, monopólios de multinacionais em territórios de países pobres com intuito de explorar as riquezas naturais e mão de obra barata.

As políticas sociais, nesse contexto, são focalizadas sob a alegação difundida pelo Banco mundial e outros organismos multilaterais de que este enfoque, além de ser mais eficiente e racional para alocação de recursos escassos é também mais “fácil” de se apresentar soluções técnicas inovadoras, neutras e de fácil controle (Potyara Pereira, 2011). Na educação, a adoção de políticas neoliberais estão presentes com as reformas educacionais que abrange a legislação com a implantação da LDB 9.339/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a introdução de sistemas

nacionais de avaliação da educação como SAEB, ENEM, ENADE; formação de professores, a administração com a introdução de gestão democrática e estimulação às inovações, etc.

Essas políticas têm minimizado as tarefas do Estado com a educação, transferindo responsabilidades às prefeituras, empresas e escolas. Ao mesmo tempo, buscam controlar e dirigir a escola, através avaliações, livros didáticos, currículos, programas, conteúdos, cursos de formação docente, critérios de “controle” e fiscalização. O objetivo é levar para dentro da escola a lógica empresarial, através dos projetos de qualidade total, currículo por competências etc. Esta política vem sendo adotada pelo Banco Mundial e FMI que com os pacotes de ajustes econômicos desregulam o trabalho, flexibilizam as leis trabalhistas e ampliam a miséria da classe trabalhadora em todo o mundo.

Portanto, há um processo de exclusão que se aprofunda com o neoliberalismo, porém contraditoriamente este ideário utiliza-se da inclusão como elemento central de inserção das pessoas, sobretudo aquelas com deficiências, destacando as políticas públicas, principalmente a educação como responsável por eliminar os problemas de preconceitos, através da preparação dos jovens para o convívio social menos discriminatório. É sob tal tarefa que a escola organiza essa discussão numa perspectiva humanística das relações sócio- raciais, cujo eixo de sustentação são as idéias de tolerância, respeito e convivência harmônica.

A difusão de ideias sobre diversidade cultural e o direito à cidadania é vista como aspecto cultural e, no âmbito da educação formal, as ações utilizadas se referem ao acesso à escola e ao conhecimento. Estes têm sido um dos motivos da educação ser apontada como solução para a crise.

Nestes termos, é também necessário resgatar a experiência escravista da sociedade brasileira, que mesmo após a abolição não garantiu os direitos sociais mínimos, por isso há uma dívida histórica para com esta população e não pode haver estratégia política efetiva de combate ao racismo sem uma profunda e ampla compreensão das diversas faces do racismo, que por um lado é fundada na estrutura desigual da sociedade capitalista, e por outro lado, a inoperância de diversos governos têm aumentado as mazelas da população negra e utilizado políticas públicas que não conseguem resolver a situação desta população.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639**, de 09 de Janeiro de 2003.

BRASIL. Ministério Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações**

Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC/Conselho Nacional de Educação, 2004.

DIAS, H. Conceição. As lições de outubro para o Brasil. Raça e classe na Especificidade da revolução brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, Número Especial. UFMA, São Luís. 2018.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra/Portugal: CES, 2009.

GOMES, J. M. **Notas sobre Multiculturalismo e Globalização**. Novamérica. Rio de Janeiro, n.77, p.10-13, Abril/2002.

LENIN, V.I. **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!. 1977.

LUXEMBURGO, Rosa. **Intervenções na fundação do Partido Comunista Alemão**. São Paulo: Publicações Liga Bolchevique Internacionalista, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular 1999.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra/Portugal: CES, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I - o processo de produção do capital. trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editorial Boitempo, 1998.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÉSZARO, Istvan. **A Educação para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOURA, Clóvis. **Historia do negro brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social, temas e questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil**: fundamentos sociohistóricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: percepções da “casa grande” e da “senzala”. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter (org.). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EDUSCAR, 2002.

TROTSKY, Leon. **O imperialismo e a crise da economia mundial** – textos sobre a crise de 1929. ed. José Luís e Rosa Sundermann. São Paulo, 2008.

TROTSKY, Leon.. A Agonia mortal do capital e as tarefas da IV Internacional (Programa de Transição). In: **Documentos de fundação da IV Internacional – Congresso de 1938**. Ed. José Luís e Rosa Sundermann. São Paulo, 2008.